

“Vendendo” o Procurador

No dia 13 de junho de 2001, o “Jornal Universal”, famoso noticiário televisivo da Rede Terra, cobriu mais uma das pirotécnicas operações da Polícia da Seguridade Social. Naquela noite, boa parte do noticiário foi ocupado pelos registros das prisões preventivas realizadas no âmbito da “Operação Zeus”.

A referida operação policial buscava desbaratar uma quadrilha de fraudadores da Previdência Social. O prejuízo aos cofres públicos foi estimado em mais de R\$ 50 milhões num variado e sofisticado conjunto de ações de improbidade.

Entre os quase 20 (vinte) presos que “desfilaram” devidamente algemados perante as câmeras do “Jornal Universal” se encontrava o Dr. João do Nascimento Borba, Procurador Federal com mais de 25 (vinte e cinco) anos de serviço público federal e professor universitário com mais de 15 (quinze) anos de docência.

João do Nascimento Borba foi preso (preventivamente) porque o meliante A ao realizar ligação telefônica para o bandido B fez uma consideração da seguinte natureza: “Lá no INSS, certidão é com o Dr. João do Nascimento”. A menção foi tomada

como indício veemente de participação do Procurador Federal na quadrilha de fraudadores.

O Dr. João do Nascimento não foi denunciado pelo Ministério Público. Sequer foi indiciado no inquérito policial. Concluiu-se que o registro feito pelos bandidos decorria da singela circunstância de que o servidor era responsável pela análise e fornecimento de certidões de regularidade fiscal quando a situação das dívidas envolvia processos judiciais. O comentário não significava nenhum tipo de participação nas atividades delituosas do bando.

Costuma-se dizer que fulano foi “vendido” quando se atribui a essa pessoa uma conduta ilícita sabidamente não existente. No caso do Dr. João Nascimento Borba houve uma inusitada “venda por equívoco”.

O mais triste e lamentável em todo esse episódio é que o Procurador Federal foi exposto, em cadeia nacional e horário nobre, como um quadrilheiro vil e torpe. Amargou toda sorte de “dificuldades” familiares, profissionais e acadêmicas. Não teve, o Dr. João do Nascimento, a mínima satisfação de ouvir uma simples nota de esclarecimento naquele noticiário televisivo. Algo assim: “*O Dr. João do Nascimento Borba, Procurador Federal, não foi indiciado ou denunciado. Não foi identificado o menor envolvimento do servidor com as fraudes apuradas na Operação Zeus*”.